
111ª SESSÃO ORDINÁRIA 16NOV2016

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

O Sr. Cláudio Janta (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pela passagem, neste sábado, do Sr. Jorge Alberto Bueno de Oliveira, o Vô, o garçom mais antigo do Mercado Público, do Restaurante Gambrinus, que nos deixa, assim como deixa a noite de Porto Alegre e o Mercado Público bem mais tristes, pois ele levava alegria às mesas do Mercado Público com suas histórias da noite de Porto Alegre e da sua vivência nos restaurantes por mais de 50 anos.

O Sr. Engº Comassetto (Requerimento): Sr. Presidente, no mesmo sentido, Porto Alegre e o Rio Grande do Sul tiveram, hoje, uma grande perda. Faleceu o Irmão Cechin, um lutador social pela cidade de Porto Alegre, Irmão Marista que coordenava e trabalhava o tema dos recicladores de lixo. O Irmão Cechin tinha 90 anos, era natural de Santa Maria, fundador das comunidades eclesiais de base, entre outras; já havia recebido, aqui desta Casa, várias homenagens, entre elas a de Cidadão de Porto Alegre. Então, pedimos um minuto de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a tratar o assunto sobre a relevância dos serviços que o Corpo de Bombeiros tem prestado à cidade de Porto Alegre, especialmente no espaço físico onde se encontra, no armazém 7 do Cais do Porto.

O Major Gilson Wagner de Oliveira Alves, representando o Corpo de Bombeiros, está com a palavra.

O SR. GILSON WAGNER DE OLIVEIRA ALVES: Boa tarde, Sr. Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, assistência. Hoje eu estou aqui representando o Corpo de Bombeiros e farei a defesa de um patrimônio da segurança de Porto Alegre, que se chama Companhia Especial de Busca e Salvamento, que hoje está sediada no porto de Porto Alegre.

Antes de iniciar falando da companhia, eu gostaria de contextualizar. O Corpo de Bombeiros, hoje, atua com dez quartéis na Cidade – Zona Sul, Zona Leste, Zona Central e Zona Norte –, atendendo, atualmente, cerca de seis mil ocorrências por ano; com variações de 10% a mais ou 10% a menos, aproximadamente, todos os anos. Dessas seis mil ocorrências, nós temos um quartel em especial que se chama hoje Companhia Especial de Busca e Salvamento, que está sediada dentro do Cais do Porto de Porto Alegre. Qual é a importância dessa unidade? Esse quartel, dessas seis mil ocorrências no ano de 2016, atendeu 900 ocorrências de salvamento. Qual é a especificidade desse quartel? É um quartel que lida basicamente com vidas. Na nossa linguagem, na nossa brincadeira, nós somos um Corpo de Bombeiros que não apaga fogo; somos um Corpo de Bombeiros direcionado estritamente a busca, salvamento e resgate de pessoas e animais. Qual é a importância para a Cidade dessa unidade? Essa unidade está sediada, hoje, dentro do Cais do Porto de Porto Alegre, cuidando de toda a parte do salvamento aquático do Guaíba. Então, qualquer ocorrência que envolva as embarcações dentro do nosso estuário do Guaíba, somos nós que atendemos. Ainda atendemos todas as ocorrências de busca, salvamento e resgate da cidade de Porto Alegre e cuidamos da área central do Centro Histórico da Cidade. Dentre as outras ocorrências que nós atendemos estão: busca e salvamento com cães, toda a parte de mergulho, salvamento em altura, soterramento e resgate veicular. Tendo hoje, no dia de hoje, 94 vidas salvas de

forma direta na cidade de Porto Alegre. O que está acontecendo? Com a revitalização do Porto Cais Mauá, a unidade está ameaçada de não ter um local para o seu quartel. O quartel que se encontra, desde a década de 80, sediado dentro do Cais do Porto, com a revitalização, não possui uma alocação para as suas instalações. Então isso vai deixar, com certeza, o Centro de Porto Alegre totalmente desguarnecido de segurança na área de bombeiro, pois o único quartel que existia no Centro Histórico, que era o quartel ao lado do Mercado Público, foi fechado. E, agora, a resposta operacional para as pessoas do Centro de Porto Alegre é dada pelo nosso quartel dentro do Cais do Porto. Em função de toda essa conversa sobre o Porto Cais Mauá, nós produzimos alguns documentos solicitando qual será a situação e a alocação do quartel de busca, salvamento e resgate da cidade de Porto Alegre. Nunca nos foi dada uma resposta concreta. Suscitamos hoje uma alocação junto à rótula das Cuias, no terreno próximo ao Anfiteatro Pôr-do-Sol, na continuação da revitalização do Cais do Porto. O que, até o momento, foi nos dado como negativo em razão das reformas, da revitalização daquela região do Anfiteatro Pôr-do-Sol. Ok. Onde ficaremos nós? Não sabemos. E se essa resposta não for dada de forma urgente, bem breve o Centro de Porto Alegre não possuirá mais um Quartel de Bombeiros para resposta operacional de socorro, salvamento e resgate das pessoas que por ali circulam. Seria essa a colocação.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Major, convidado V. Sa. para compor a Mesa.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Guilherme Socias Villela; Ver. Paulo Brum, senhores e senhoras, prezado Major Gilson Wagner, Comandante deste Quartel tão importante para a nossa Cidade; trouxemos para que viesse a debate, neste momento, nesta quarta-feira temática, porque é de grande delicadeza a situação dos bombeiros que, situados no Centro da Cidade, são responsáveis por todo resgate, todo atendimento, toda operação, a resposta operacional, como bem diz o Major Wagner, para as situações de emergência ligadas ao tema de desastres, fogo, afogamentos, soterramentos, enfim, todas as situações mais diversas que possamos imaginar. Talvez,

depois, o Major Wagner pudesse contar algumas delas. Ocorre que nós estamos exatamente há uma semana após a aprovação do Estudo de Viabilidade Urbanística, EVU, do novo projeto do Cais Mauá, no Conselho do Plano Diretor da cidade de Porto Alegre, Ver.^a Lourdes. E esta denúncia de que o que estava previsto no processo licitatório da concessão da área do Cais Mauá, literalmente previsto que este Quartel, que está desde os anos 80 no Cais, terá um novo lugar e terá a construção do espaço realizada pela concessionária do novo Cais Mauá. Ora, pode uma cidade aprovar um EVU, Ver. Villela, ou seja, vai, na sequência, conceder a licença prévia para começar as construções sem sequer estar apontada e definida a nova área para o Corpo de Bombeiros, porque as áreas propostas são áreas pequenas - depois o Comandante pode falar melhor -, são áreas que ficam ali junto ao aeroporto, o que não é possível, porque os bombeiros usam helicóptero, eles precisam ter liberação de vôo emergencial, urgente, rápida - não falo com conhecimento na área, mas um pouquinho já aprendi - ou áreas minúsculas que divergem do texto licitado, que dirá construí-las. Portanto só as obras, se começarem no Cais Mauá, já colocarão empecilhos para o funcionamento pleno, rápido e eficiente do Corpo de Bombeiros, que atende o Centro Histórico, que atende o Estado inteiro, porque ali está sediado todo resgate de pessoas e animais em risco neste Estado. Nós levamos, tendo sido procurados pelos bombeiros, essa denúncia e esse requerimento ao Conselho do Plano Diretor. O Secretário da SMURB recebeu formalmente. Levamos ao Ministério Público do Tribunal de Contas, que havia entrado com uma representação em relação ao projeto Cais Mauá, incluindo a pauta dos bombeiros. E hoje, neste momento, nesta tarde, possivelmente o Pleno do Tribunal de Contas esteja julgando um agravo do Dr. da Camino sobre as incongruências, insuficiências do projeto Cais Mauá. Um dos temas, senhores e senhoras, está colocado para nós aqui, nesta tarde. A nossa Casa, a Câmara Legislativa, precisa se manifestar, precisa exigir resposta com relação aos bombeiros, porque, em dias de calma... Todo dia tem salvamento, aqui o Comandante mencionou as 90 pessoas salvas no ano; as operações, muito mais, muito maiores. Quando acontece uma tragédia maior como foi o incêndio no Mercado, aí que todo mundo fica correndo para lá e para cá, buscando responsáveis. (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Obrigada, Presidente. Então nós não devemos e não podemos esperar uma tragédia acontecer. O Corpo de Bombeiros fez

tudo que era necessário fazer: apresentou o plano de necessidades, a área que hoje ocupam, a área necessária, sugeriu alternativas, esteve em reunião com o Secretário de Administração, por duas vezes, o Secretário Elói Guimarães. Então, todos os movimentos que os Bombeiros tinham que fazer, fizeram. Agora é a Cidade que tem que se importar ou não com o destino desse Corpo de Bombeiros, que é fundamental para Porto Alegre. Se há irregularidades no projeto do Cais Mauá, se há insuficiência de resposta em relação às cheias, esse tema dos Bombeiros não pode passar em branco, porque seremos todos coniventes, porque todos estamos avisados, alertados e precisamos exigir resposta antes da construção de qualquer coisa lá.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Vereadora. O Ver. Engº Comassetto está com a palavra em Comunicações.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, colegas Vereadoras e Vereadores, senhoras e senhores, quero iniciar cumprimentando o Major Gilson Wagner de Oliveira Alves, que nos dá o prazer da sua visita, que tem um trabalho frente à guarnição do Corpo de Bombeiros de Porto Alegre. Bombeiros, prezado Gilson Wagner, são aqueles que todos lembram quando precisam, mas quando está tudo na calma, parece que não existem. O senhor vem aqui num período em que a segurança pública está num momento grave, como nunca esteve, e vocês fazem parte da estrutura da segurança pública, no mínimo no que diz respeito à estabilidade quanto a possíveis desastres e catástrofes que podem acontecer em nossa Cidade. Eu abro um parênteses, para não deixar passar em branco: neste final de semana, no Rio Grande do Sul, houve 30 assassinatos – é um número insuportável, mas parece que está tudo bem.

Eu aproveito aqui, Ver.^a Sofia, para cobrar do Senador Lasier, que ia para a imprensa, todos os dias, dizer que a segurança, há dez anos, era um caos; mas sumiu deste debate. Fecho esse parênteses aqui para voltar ao tema específico da estrutura do Corpo de Bombeiros, no Centro da Cidade, no Cais Mauá. Primeiro, quanto ao projeto do Cais, quero dizer que todos nós queremos ter um Cais revitalizado, todos nós queremos que a população de Porto Alegre se aproprie do Lago Guaíba; e aquela estrutura que está ali no Centro, no coração do Centro Histórico, que é o nosso magnífico Cais, é uma equação

muito mal conduzida ao longo das décadas. Nós fizemos um grande debate aqui quando foi aprovado o regime urbanístico para que fosse possível a sua revitalização. Naquele momento, nós defendíamos – inclusive eu tive a oportunidade de apresentar uma emenda que foi rejeitada – que deveria ser constituído um conselho com os moradores, com os operadores do Cais, com as forças públicas que atuam e ocupam aquele espaço para ter continuidade, nesta gestão, o Plano Diretor. O Cais Mauá, que é parte do Centro, tem que ser reestruturado, incorporando e qualificando essas partes do Centro, sendo uma delas o Corpo de Bombeiros – aquela estrutura ali existente é fundamental.

Nós temos debatido, aqui na Câmara de Vereadores, um tema que, inclusive, o nosso Presidente, o Ver. Cassio Trogildo, tem levantado com frequência: Porto Alegre ainda não tem o seu plano de emergência de catástrofes, que é uma necessidade fundamental. Ali, em frente ao Cais do Porto, no canal, passam, diariamente, colegas Vereadores e Vereadoras, inúmeras embarcações com produtos químicos que vão para o Pólo Petroquímico ou que transportam gás, entre outros produtos químicos de alta capacidade poluente. Então imaginem qualquer acidente que venha a ocorrer no Lago Guaíba com uma dessas embarcações. É obvio que os primeiros que têm que estar alerta, dentro de um plano integrado de combate ou enfrentamento a catástrofes, são os bombeiros. E o local onde vocês estão é um local estratégico. Pode ter outro local com a mesma capacidade? Pode. Mas isso tem que ser trabalhado, tem que ser estruturado, tem que ser pensado, não pode, simplesmente, ser desalojados de um espaço que ocupam há vários anos, e que ali estão.

Então, eu venho aqui fazer essa reflexão, junto com o senhor, Major Gilson, e com toda a Corporação, não só do Corpo de Bombeiros, para dizer que Porto Alegre necessita ter um plano emergencial de catástrofe. A lei nacional já tem alguns anos que saiu, creio que em torno de cinco anos, e Porto Alegre teria que ter potencializado isso, e até o momento não construiu. E, obviamente, no centro dessa construção e dessa elaboração estratégica de defesa está o Corpo de Bombeiros com toda a sua estrutura e sua guarnição. E o local que vocês estão, no Centro, ali no Cais do Porto, é um local estratégico.

Portanto, Ver.^a Sofia, quero lhe cumprimentar, junto com a Mesa, pela proposição desse debate, e estas reflexões servem para o alerta e o papel que tem que ter esse Legislativo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) “Mundo, mundo, vasto mundo. Se eu me chamasse Raimundo seria uma rima, não seria solução.” Carlos Drummond de Andrade. Vasta, vasta Porto Alegre, 70 quilômetros de orla, e não alcançamos o lago. Nós temos, ao longo da Mauá, anos e anos, um lugar maravilhoso, patrimônio histórico incrível, e não demos a devida solução. De uma hora para outra vem uma licitação e nenhuma solução; quem poderá nos salvar nos momentos que poderão acontecer um dia, como aconteceu com as Lojas Renner nos anos 1970, um incêndio, uma catástrofe; onde estarão alojados os bombeiros e essa guarnição em especial? Não tem cabimento! Numa vasta cidade, não é o vasto mundo do Drummond de Andrade, mas é a vasta Porto Alegre de todos nós, que não encontra, no Centro Histórico, um espaço adequado à guarnição do Corpo de Bombeiros. Nós temos que nos rebelar, nós temos que gritar, é a única solução que eu vejo para sermos escutados.

Dias atrás, falamos do patrimônio histórico que é o Viaduto Otávio Rocha. Nesse final de semana, uma atividade cultural foi pífia porque não pôde ser realizada, pois aquele local estava tomado por pessoas que estão numa condição indigna. Não vou falar das outras mazelas que ali nós temos. E qual a solução? Hoje, chegamos ao absurdo de ver uma Porto Alegre tomada por pessoas que vendem restos da Ceasa; privatizam as ruas de Porto Alegre e fecham a principal avenida da Cidade, e não acontece nada! Agora estamos na iminência de o Corpo de Bombeiros ser enxotado do Cais Mauá, e a guarnição fica onde? Ao deus-dará?! Não nesse vasto, vasto mundo, mas nessa vasta e imensa Porto Alegre. A Cidade que tem o orgulho de ser a mais arborizada. Mentira! Não é! Já foi. A Cidade que tem a segunda maior área rural do Brasil. Sim, ainda é, mas a SMIC não faz mais nada nessa questão. O Cecchim está aí para dizer; nós fizemos, Cecchim. E tem mais, tenho orgulho de dizer que, quando eu saí da Secretaria, um pouco antes de concorrer, passei as informações para V. Exa., porque nós estamos enxergando uma Porto Alegre para as pessoas. Como que não tem lugar para o Corpo de Bombeiros?! Como que não tem lugar? Tem muito lugar, inclusive está na CCJ – falei com o Ver. Janta, pois acho que ele vai ser o relator – um projeto de lei para encampação

de lugares abandonados na Cidade; o Centro está cheio deles, e não há pagamento de impostos. Eu adaptei uma parte do Código Civil para uma lei municipal de encampação porque li um belíssimo artigo do Procurador de Justiça, Armando Lotti. E nós vamos fazer essa lei para não ter mais esse negócio de deixar as coisas caírem, apodrecerem sem pagarem imposto e, depois, com a decadência, lá se vão os trocados da Prefeitura que vai ter dificuldade de pagar o décimo terceiro.

Estou vendo os dirigentes do Simpa aqui, essa é uma excelente pauta para sua nova diretoria: a cobrança de imposto quando se pode cobrar. Estamos juntos nessa peleia, porque salário de trabalhador não pode estar atrasado. O Corpo de Bombeiro tem que ter lugar nesta vasta e vasta Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente; Major Gilson Wagner de Oliveira Alves, senhoras e senhores, não há dúvidas de que o Corpo de Bombeiros é uma das instituições que, em primeiro lugar, tem mais conceito junto à sociedade e que deve fazer parte do nosso dia a dia, até porque trabalha com salvamento de vidas. Dessa forma, cumprimento a Ver.^a Sofia Cavedon que traz o assunto dando-nos a oportunidade para termos essa conversa aqui.

Fazendo referência à revitalização do Cais do Porto, que, aliás, diga-se de passagem, eu tenho uma dificuldade em tratar o tema Cais do Porto como revitalização, porque se for efetivamente feito o que nós aprovamos, não se tratando de uma simples revitalização, é realmente uma modificação de grande impacto na orla do Guaíba. Só lamento que está demorando muito e há de se fazer o registro aqui que, quando foi aprovado o projeto encaminhado pelo Executivo, esta Casa se dividiu. Houve Vereadores que votaram contra, e, outros, a favor. Eu me incluo naqueles que votaram favoravelmente ao projeto de revitalização do Cais do Porto. Eu também fico pensando, e não tenho essa informação, Major e Ver.^a Sofia, se lá, quando nós discutimos esse assunto, foi tratado de preservar um espaço para o Corpo de Bombeiros. Eu não me lembro disso pontualmente, porque, nesse quesito, com certeza, nós, Vereadores, não iríamos nos dividir. Duvido que

algun colega aqui pudesse ser contra nós deixarmos um espaço antecipadamente garantido para as instalações do Corpo de Bombeiros. O que é que nós fizemos aqui? Nós aprovamos um projeto, vamos dizer assim, minimamente sinalizando o que seria permitido para os futuros empreendedores. Foi feita uma licitação, alguém, não lembro quem, ganhou essa licitação. Eu só lamento que a gente não tenha tratado pontualmente desse assunto do Corpo de Bombeiros na oportunidade; eu não lembro, faz muito tempo. Aliás, foi muito falado aqui, mas os Vereadores que me antecederam esqueceram de dizer: nós fomos Governo e não fizemos, e quem é Governo hoje ainda não fez; está demorando. É melhor a gente se organizar assim, porque aí nós fechamos, todos nós concordamos. O Cais Mauá está do jeito que está há muitas décadas. Então, vamos combinar que todos nós queremos melhorias, mas todos os Governos, que até aqui chegaram, não conseguiram dar um outro visual para o Cais; essa é a verdade.

Quero me somar a todas essas questões de apoio, e vou deixar aqui, Major, eu não sei se o senhor tem essa informação, porque pegar de surpresa não é justo, e eu tenho citado esse assunto há muitos anos. Quando se fala em segurança, aqui em Porto Alegre, eu vou lhe dizer que eu não consigo aceitar e admitir que nós ainda tenhamos prédios inacabados, verdadeiros escombros no Centro de Porto Alegre. Eu posso citar aquele prédio da Rua Riachuelo com a Marechal Floriano, posso citar aqui aquela obra inacabada no início da rua Marechal Floriano nº 11, que está assim há mais de 60 anos, sem as mínimas condições de segurança e de saúde. Aquele local é um verdadeiro criadouro de baratas, morcegos e outros bichos, e isso no Centro da nossa Cidade! Quero lhe perguntar: até que altura a escada magirus dos caminhões de bombeiros consegue alcançar? Quantas viaturas existem com escada magirus funcionando aqui em Porto Alegre ou na Grande Porto Alegre? Preferencialmente em Porto Alegre, porque no caso de um grande incêndio, precisamos que esses carros estejam muito próximos. Insisto com esses questionamentos, Major. Não podemos esquecer do incêndio no prédio Joelma, lá em São Paulo, e aqui nas lojas Renner, em 1970. Sei que assim, pego de surpresa, talvez o senhor tenha dificuldade de responder, mas se puder, seria bom para que todos possamos tomar conhecimento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente Villela; prezado Major Wagner, eu volto, falando agora em Liderança do PT, para tratar do tema Cais Mauá, revitalização e a presença dos bombeiros. Tem razão o Ver. Bernardino, porque nós não explicitamos na Lei. Na Lei explicitamos uma série de equipamentos, como um centro da juventude; a preservação dos trilhos ferroviários; a preservação dos espaços dos armazéns para ações coletivas como feiras e outras manifestações culturais; o ponto de embarque e desembarque de passageiros de barco – e, de fato, não colocamos na Lei. No entanto, no processo licitatório – e, quando se licita uma área, se faz uma concessão –, está especificado literalmente que a concessionária deverá providenciar um espaço, garantir a construção desse espaço para o funcionamento do Cais – eu não achei aqui os termos exatos, depois, talvez o Major tenha condições de achar rapidamente –, junto ao Cais operacional e não ao outro, ou seja, na beira do Guaíba, em que tem que ser garantido e com condições adequadas ao funcionamento. Sobre esse tema da concessão do Cais, primeiro há que se lembrar, Ver. Bernardino, que, no período em que o Raul Pont era Prefeito, ele tentou a concessão para o Município, para fazer a revitalização. Não foi essa a opinião do Governo do Estado: o Governador Antônio Britto requereu para ele, e a concessão ficou na mão do Estado do Rio Grande do Sul. Já o Governador Tarso Genro recebeu da Governadora Yeda uma licitação realizada no mês de dezembro; no final do seu Governo, o Governador Tarso Genro resolveu todos os problemas, infelizmente, com a nossa crítica, porque viabilizou a continuidade do andamento, tanto que parte importante das negociações do espaço dos bombeiros ocorreu aqui, uma grande parte desse relatório, durante o período Tarso, quando várias áreas foram oferecidas, e o Corpo de Bombeiros e o Comando da Brigada Militar respondiam “não, é inadequada, é pequena, não viabiliza a saída para o rio, não viabiliza o uso do espaço aéreo, não dá...”. Então, durante todo o Governo Tarso, houve esforços do governo estadual no sentido de exigir da concessionária que o Município identificasse áreas para os bombeiros. Nós estamos com o Município licenciando o projeto do Cais Mauá, e ainda não está resolvido o tema dos bombeiros. E isso tem que ser impeditivo! Eu espero que, neste momento, o

Tribunal de Contas impeça a continuidade da obra até resolver esse tema, porque ele é estratégico para salvar a vida das pessoas.

Um outro tema é o das cheias; eu pedi Liderança para listar os problemas. Esta nossa Lei prevê algo que eu não sei como nós deixamos passar, Ver. Bernardino; ela prevê que o empreendedor será avisado - é o art. 9º da lei - que aquela área não está protegida de cheias. Vejam os senhores: diz que ficarão avisados os concessionários que não há proteção contra cheias e que o Município não se responsabiliza de qualquer prejuízo. Desde quando uma cidade concede um Estudo de Viabilidade Urbanística – EVU, quer dizer, autoriza construir sem, Ver. Prof. Alex Fraga, que no projeto esteja solucionado o problema de cheia que invada o empreendimento. É obvio que o empreendedor, quem comprar ou locar um espaço para fazer um restaurante vai buscar indenização se encher de água, como ocorreu nas duas últimas... A água também entrou nas instalações dos bombeiros, que estão preparados para conviver com essa situação, mas não o que está previsto para ser colocado no novo projeto do Cais Mauá. Então não tem solução para as cheias, não tem base legal. Em 2012 encerrou a validade dos índices construtivos – a Lei é explícita: em 2013 o Governo deveria ter mandado para cá uma nova legislação. E, Vereador-Presidente, o absurdo de colocar 4, 5 mil carros aqui na beira do Guaíba... E a Prefeitura e a EPTC acharem que isso é possível, uma Cidade conflagrada como está, se isso é licenciar de maneira séria e responsável com a nossa Cidade, eu não sei o que é cuidar da nossa Cidade, porque não tem solução para atrair tantos carros naquele lado, e a nossa Cidade continuar com fluxo. Hoje, se para um lotação ou ônibus com problema, a Cidade para. Então, esse licenciamento está eivado de irregularidades, e nós queremos que os bombeiros tenham o seu lugar e continuem protegendo a nossa Cidade.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Ver.^a Sofia Cavedon. O Major Gilson Wagner de Oliveira Alves está com a palavra.

O SR. GILSON WAGNER DE OLIVEIRA ALVES: Prezado Ver. Bernardino Vendruscolo, irei responder o seu questionamento. Como havia dito no início, Porto Alegre possui hoje dez Estações de Combate a Incêndio. Das dez, possuímos uma que se chama Estação Aeroporto, onde o caminhão é restrito à área aeroportuária, e nós possuímos um quartel

de busca e resgate, que, de forma primeira, não possui água. Então, nós possuímos oito caminhões de bombeiros com água operantes na Cidade hoje: Belém Novo, Restinga, Assunção, Partenon, Floresta, Passo D'Areia e assim por diante. E possuímos uma escada mecânica que está sediada no bairro Floresta. O grande problema que encontramos hoje é a falta de horas extras para que tenhamos o operador 24h por dia na escada. Então, em razão da dificuldade financeira pode acontecer que, algum dia do mês, ela não tenha operador. Isso pode estar acontecendo hoje. E essa escada possui a capacidade de 27 metros de lance, só que ela opera em função do ângulo. Então, dependendo do seu melhor ângulo, ela pode ir aos 27 metros ou não. Então, hoje atendemos um prédio de sete, oito andares. Até sete, oito andares nós conseguimos trabalhar com a escada, respeitando a limitação de ângulo e de local, porque tem local que ela não consegue atuar porque é muito grande: não consegue entrar. Ela tem uns limitadores. Nós possuímos uma escada mecânica hoje. Seria isso.

Só para encerrar este momento, o nosso quartel hoje possui 110 homens sediados na orla do lago Guaíba, com resposta de salvamento terrestre e salvamento aquático. Se formos retirados desse local, possivelmente – claro, não estou aqui prevendo uma desgraça – uma ocorrência que pode acontecer, trabalhamos com possibilidade, com nosso catamarã, que hoje se desloca com 180 pessoas, mais ou menos, não teremos resposta para isso, serão 180 desastrados sem uma resposta de resgate por parte do Poder Público. Ainda, o Corpo de Bombeiros trabalha com um conceito, que é mundial, que se chama “tempo resposta”. Em caso de uma ocorrência que a gente lide com vida de forma direta, nós temos em torno de 10 a 15 minutos de resposta válida para essa ocorrência, de forma que a pessoa tenha uma possibilidade de sobrevivência real. Então, 15 minutos é um tempo ótimo, um tempo aceitável. Se esse quartel for deslocado da área central, esse tempo poderá ser comprometido. Então não sabemos se meia hora, 40 minutos, como será essa possibilidade de sobrevivência das pessoas acidentadas. Isso, para nós, é muito caro na nossa qualidade de serviço. Então nós estamos muito preocupados com uma resposta sadia ao acidentes que possam vir a acontecer na região central de Porto Alegre. Nós estamos preocupados... Nós queremos trabalhar! Nós estamos aqui brigando com a possibilidade de ter uma melhor forma de trabalhar para a sociedade gaúcha. Porque nós vamos trabalhar, em qualquer local, nós podemos estar na Restinga, nós podemos estar em Belém Novo, nós poderemos estar na borda do Gravataí, nós

vamos fazer o nosso melhor, mas estrategicamente nós temos que estar melhor situados. E hoje esse quartel, estando no Centro de Porto Alegre, ele tem uma resposta ótima para qualquer região, e dentro de uma observação melhor, a região que tem o maior índice populacional hoje com prédios verticais onde a nossa população habita. Então seria essa hoje a nossa conversa com os senhores aqui...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. GILSON WAGNER DE OLIVEIRA ALVES: O quartel? Em torno de 3 mil metros quadrados, o que hoje nós ocupamos no cais do porto. Na realidade, o que estava acordado, lá no primeiro edital, é que a empresa que ganhasse a licitação nos daria um prédio, no mínimo, com as mesmas instalações que nós possuímos hoje. Nós possuímos um campo de treinamento, escritórios, um tanque de mergulho para o treinamento de nossos mergulhadores, uma doca onde nossas embarcações ficam alocadas, alojamento para 100 pessoas, academia para o treinamento pessoal, cozinha, que nós precisamos em razão das prontidões. O que aconteceu recentemente na cidade de Porto Alegre com o último vendaval e temporal, em que a Cidade foi devastada, nos fez ficar aproximadamente três dias operando de forma contínua com o nosso efetivo. Então esse pessoal precisa de um local para dormir, para descansar no interlúdio dos trabalhos; esse pessoal precisa de um local para se alimentar – nós mesmos preparamos a nossa alimentação. Então, realmente existe uma necessidade...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. GILSON WAGNER DE OLIVEIRA ALVES: Bom, a cheia nas ilhas é anual, ela é um incidente sazonal. Todo inverno nossas ilhas são inundadas em razão do lago Guaíba, e o nosso serviço é dar uma resposta direta em relação ao pessoal que mora nas ilhas do Guaíba.

Agradeço as presenças e a oportunidade. Estamos à disposição para, em qualquer outro momento, conversar de forma mais direcionada novamente.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Adeli Sell (Requerimento): Sr. Presidente, requeiro a V. Exa e à Mesa Diretora que juntemos as notas taquigráficas e as enviemos ao Sr. Governador do Estado, ao Comando-Geral da Brigada Militar e ao comando específico dos Bombeiros. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Vereador, esta Presidência concorda integralmente com Vossa Excelência. Redija, por favor, para apresentação. Muito obrigado.

O Sr. Dr. Thiago: Sr. Presidente, sei que é um pouco intempestivo, mas eu e o Ver. Paulinho Motorista queremos agradecer a presteza da recepção que o Corpo de Bombeiros nos fez, na presença do Major, numa preocupação que temos com Belém Novo. Sem dúvida alguma, o Corpo de Bombeiros foi muito sensível às sugestões que apresentamos lá, e nós queríamos deixar registrado, aqui na Casa do Povo, a prestação de serviços que o Corpo de Bombeiros oferece, principalmente para aquela região tão isolada e tão distante da Cidade. Parabéns! Queremos agradecer, em nome da população daquela região, a recepção que tivemos e a sensibilidade do Corpo de Bombeiros.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Nós agradecemos a presença do Major Gilson Wagner de Oliveira Alves, representante do Corpo de Bombeiros. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h10min.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): (15h11min) Estão reabertos os trabalhos.

Hoje temos o comparecimento do Sr. Settimio Bartolucci, Presidente do Comitato Referendum Constitucional IT/RS, para debater acerca do Referendum Constitucional Italiano – Plebiscito Popular sobre a reforma constitucional italiana.

O SR. SETTIMIO BARTOLUCCI: Boa tarde, muito obrigado, ilustre Presidente; prezados Vereadores, amigos, vejo bastante pessoas que conheço aqui dentro. Eu sou Presidente do Comitato Rererendum Italiano de Reforma Constitucional. É uma honra estar nesta

tribuna estar representando o povo italiano para apresentar a histórica reforma constitucional italiana Renzi/Boschi.

Agradeço, em especial, ao Ver. Idenir Cecchim, pelo carinho que tem com a comunidade italiana e com o problema do Referendum. Agradeço ao companheiro de Partido Democrático, Marcelo Sgarbossa, que também é Presidente do Círculo do Partido Democrático Italiano aqui em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Praticamente os promotores da Reforma Constitucional Italiana são o Primeiro Ministro Matteo Renzi e a Ministra da Reforma Constitucional Maria Helena Boschi, que inclusive esteve presente aqui no Rio Grande do Sul, algumas semanas atrás, em um evento organizado pelo prezado amigo, Dr. Cônsul Geral da Itália, Nicola Occhipinti, no Grêmio Náutico União. Essa Reforma Constitucional, já aprovada no Parlamento Italiano em 12 de abril de 2016, será objeto de plebiscito popular ratificatório dia 04 de dezembro de 2016. A Reforma nasceu como uma PEC, uma Proposta de Emenda Constitucional, que em italiano seria um desenho de lei constitucional, apresentada pelo Governo Renzi em 08 de abril de 2014. Não ocasionalmente, dia 08 de abril é uma data muito importante na Itália, sendo que aconteceu o primeiro ato militar da 1ª Guerra da Independência, lá no dia 08 de abril de 1848: 1ª Guerra da Independência Italiana entre Piemonte e Áustria, a Batalha de Goito, uma batalha relevante na história do insurgimento italiano. Claro, uma fiorence pode não ser Garibaldi, mas graças à liderança do nosso Primeiro Ministro e também Secretário do Partido Democrático, que o País está conseguindo sair da letargia econômica institucional. Desde o primeiro ano após a entrada em vigor da Constituição – Constituição que tem data de 1947 e que entrou em vigor em 1948 –, já tinha discurso para criar mecanismos de modificação de aprimoramento. Em 2013, o ex-Presidente da República Giorgio Napolitano decidiu reviver o processo de reforma através da nomeação de comitê de homens sábios, para avançar proposta de reforma trabalhando em dois grupos distintos. O grupo que formulou propostas para melhorar a estrutura institucional era composto por Mario Mauro, Valerio Onida, Gaetano Quagliariello e Luciano Violante, também membro do Partido Democrático. O grupo sugeriu superar o bicameralismo perfeito, passar a uma única câmara política para produção legislativa, assim reduzindo o Senado a um “senado de regiões”, que representa a autonomia regional.

O processo de reforma constitucional viu um novo rumo com a vitória de Matteo Renzi nas primárias do Partido Democrata em 8 de dezembro de 2013. Em 18 de janeiro de

2014, Renzi, depois de fechar o chamado “Pacto do Nazareno” com Silvio Berlusconi, iniciou um percurso de reforma constitucional, que acabou dois anos depois, em 2016, em aprovação no Parlamento, na Câmara dos Deputados, depois com a aprovação do Senado, praticamente se concluiu esse processo. Como tinha uma maioria de menos de 2/3 dos membros de cada casa, foi necessário pedir um referendo, um confirmativo. E assim aconteceu. Em abril de 2016, foi aprovado no Parlamento, nas duas Câmaras, e este ano, dia 4 de dezembro, vai ter esse referendo confirmativo.

O conteúdo da reforma constitucional pode se resumir em cinco pontos: superação do bicameralismo perfeito, paritário entre Câmara dos Deputados e Senado; redução do número de Senadores de 315 para 100, sendo 5 nomeados pelo Presidente da República e 95 escolhidos entre os eleitos dos Conselhos Regionais e Prefeitos; destes 95, 74 entre os Conselhos Regionais e 21 entre os prefeitos dos municípios; revisão de competência entre estados e regiões; eliminação das províncias e eliminação dos CNEL – um órgão semelhante ao Conselhão, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Está sendo colocada na revisão constitucional também a abolição desse órgão, revisando o título 5º da segunda parte da Constituição.

O nosso sistema bicameral reflete a superação do chamado bicameralismo perfeito e a introdução de um bicameralismo diferenciado. O Parlamento consiste da Câmara dos Deputados e Senado, mas, com essa reforma, a Câmara se torna a única a exercer plenamente a função legislativa, de orientação política e de controle sobre o Governo, tornando-se assim o único titular na relação de confiança com o Governo. Os Deputados também permanecem os únicos representantes da Nação.

Vale lembrar que na Itália, em 40 anos de história republicana, houve mais de 40 governos. Com esta reforma constitucional, deixando ao Parlamento, às Câmaras de Deputados, a única titularidade na relação de confiança do Governo, com certeza vai haver uma maior estabilidade de governo, coisa que vai seguramente ajudar a Itália neste momento difícil, tanto em termos sociais quanto em termos econômicos.

O Senado, no entanto, com esta reforma, torna-se representante das situações locais, com funções de coordenação entre o Estado e as demais entidades constituintes da República e entre estes e a União Européia. Assim também participam na formação e na implementação das políticas comunitárias, verificando o impacto direto sobre o território. O novo Senado também deve avaliar a política pública e atividades da administração

pública, o acompanhamento da execução das leis do Estado e a expressão de opiniões sobre as nomeações de competência do Governo.

A competência do Senado para a função legislativa fica limitada às seguintes matérias: leis que alteram a Constituição e outras leis constitucionais; leis relativas à eleição do Senado e aos casos de inelegibilidade e incompatibilidade dos Senadores; leis de execução das disposições constitucionais relativas à proteção das minorias linguísticas – e a coisa mais importante: lei relativa à regulamentação de referendums e outras formas de consulta popular; ratificação de tratados relativos à União Europeia da Itália e leis que estabelecem regras gerais, as formas e os termos da participação italiana na formação e execução das políticas comunitárias; leis sobre a eleição e o funcionamento das entidades territoriais – os Conselhos das Regiões, sendo que a Itália é constituída de 21 regiões e cada região tem uma assembleia legislativa, que a gente chama de Conselho Regional – e as respectivas relações com o Estado italiano e os Estados estrangeiros. Em suma, o Estado não vai participar da função legislativa, salvo nestes casos indicados, bem restritos, e uma lei que podia demorar 20 anos para ser produzida, tendo que ser aprovada em uma Câmara, voltava depois para outra Câmara, e que, nessa ida e vinda podia demorar mais de 10, 15 anos, vai ser mais simplificada pela reforma legislativa, e daí o funcionamento inteiro do Estado.

A composição do Estado é reduzida para cem Senadores. Agora, são 315. Noventa e cinco Senadores, mais cinco eleitos pelo Presidente da República. Desses 95, 74 serão eleitos entre os membros dos Conselhos Regionais. Os Conselhos Regionais, repito, são as assembleias legislativas de cada região; e 21 desses 95 são escolhidos entre os prefeitos do município. A eleição popular direta do Senado é, portanto, substituída por uma eleição de segundo grau pelos conselheiros. Ou seja, não vai ter mais a eleição direta para o Senado.

Sobre a eleição, a nova Constituição prevê que os senadores são eleitos com o método proporcional. A distribuição, em nível nacional, continua a ser feita proporcionalmente à população resultante do último censo geral, com um mínimo de dois senadores para cada região e para cada uma das províncias autônomas de Trento e Bolzano.

Outra coisa muito importante é que o mandato dos senadores coincide, obviamente, com o dos conselhos regionais pelos quais foram eleitos. O senador não é mais eleito diretamente junto com os deputados; o senador é escolhido entre os conselheiros

regionais, que são os deputados estaduais, e 21 são escolhidos entre os prefeitos. Quando cai o mandato de prefeito ou cai o mandato do conselheiro regional, que seria o deputado estadual, cai também a função de senador.

O Senado, em seguida, torna-se órgão permanente, não sujeito à dissolução. Ou seja, se cai a confiança no governo, aí cai o parlamento, mas não cai o Senado.

Até cinco senadores são nomeados para realizações de destaque pelo Presidente da República. Esses senadores, que substituem a figura do senador vitalício, cumprem sete anos e não podem ser reconduzidos. Aí acaba outra figura histórica do Senado Italiano, que é o *senatori a vita*, o senador vitalício. Os senadores eleitos pelo Presidente não terão mais o mandato perene. Os senadores que são hoje em dia nomeados *a vita* vão passar por uma transição e vão ficar ainda o tempo necessário.

Os senadores podem formular propostas legislativas, mas não serão vinculantes para a Câmara. Isso significa que o Senado vai ter um número reduzido de 315 para 100; desses 100, cinco nomeados pelo Presidente da República, 74 eleitos dentro das assembleias legislativas de cada região e 21 escolhidos dentre os prefeitos das 21 regiões. A função legislativa decai, o Senado exerce função legislativa só para matérias constitucionais e de referendo; pode continuar a formular propostas para leis normais, produzidas pelo Parlamento, mas essas propostas não são vinculantes, são só um endereço que o Senado pode continuar a dar.

Muito importante nessa reforma constitucional também é o reforço do equilíbrio de gênero. As leis eleitorais das duas câmaras terão que proporcionar equilíbrio entre mulheres e homens na sua representação. E deverá também ser mantido esse equilíbrio nas eleições dos conselhos regionais.

Outro elemento da reforma: eliminação da competência entre a República Italiana e regiões com atenção às políticas trabalhistas, concorrência e infraestrutura estratégica. Significa que, se hoje há duplicações, em matéria de política trabalhista, concorrência, infraestrutura estratégica, entre a produção legislativa da República Italiana e as regiões, acaba-se essa concorrência e vai ser marcada a preeminência da República Italiana na Câmara dos Deputados na formulação dessas leis de política trabalhista, concorrência e infraestrutura estratégica.

Permanece a competência residual das regiões na matéria não reservadas ao Governo nacional à República Italiana.

Para proteger a unidade econômica e jurídica do país, sob a proposta de governo, caberá à Câmara dos Deputados regulamentar matérias não atribuídas pela Constituição como exclusivas ao Governo central. Isso significa que há margem de ação além do previsto pela Constituição, isso na perspectiva de proteger a unidade econômica e jurídica do país. Outro elemento marcante dessa reforma constitucional é a eleição para Presidente da República, que terá um aumento de quórum. Serão necessários, para eleger um presidente da República, os dois ramos juntos, Senado e Câmara dos Deputados, em sessão conjunta, com maioria de dois terços do Parlamento, das duas Câmaras. A partir da quarta tentativa sem resultado de eleição, serão necessários somente três quintos do colegiado. A partir da sétima tentativa, a eletividade será mediante três quintos dos votantes. Isso vai simplificar a eleição para Presidente da República e também vai modificar aquele sistema de negociação e tratativa que ocorre nos bastidores para nomear os Presidentes da República. Lembro que além de ser para Presidente da República é também, pela Constituição, para Presidente do nosso STF, da Corte Constitucional Italiana, por isso o presidente da República tem uma função extremamente delicada.

A proposta de lei eleitoral poderá ser enviada para uma análise da Corte Constitucional sob pedido de um quarto dos componentes da Câmara dos Deputados ou de um terço dos componentes do Senado. Os membros da Corte Constitucional, eleitos pelo Parlamento, serão compostos por três membros escolhidos pela Câmara dos Deputados e dois membros escolhidos pelo Senado.

Outro elemento extremamente importante nesta reforma é a modificação no *Referendum*. Aumenta até 150 mil o número de assinaturas necessárias para apresentação de projeto de lei por iniciativa popular. Diminui o quórum para validade no *Referendum* ab-rogativo, se houver 800 mil assinaturas ou mais para pedir esse *Referendum*, o quórum será composto pela maioria dos votantes das últimas eleições políticas. Outro elemento importante nessa matéria de referendo é que pela primeira vez na história da República Italiana está sendo introduzido o referendo propositivo, ou seja, se tiver assinaturas acima de 800 mil, o povo pode até propor uma lei, sendo que até hoje o referendo é só ... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Espero ter conseguido explicar a todos os ilustres membros desta Câmara a relevância desse plebiscito histórico e a necessidade de que todos se

comprometam a divulgar e informar seus eleitores de origem italiana, cadastrados no Consulado, a necessidade e a urgência de expressar seu voto afirmativo, a favor do SI, para a reforma constitucional italiana. Todo o cidadão italiano e descendentes cadastrados no Consulado que não receberem em casa, através do correio, até dia 20 de novembro, a cédula para expressão do voto nesse plebiscito devem procurar o consulado italiano na Av. José de Alencar, bairro Menino Deus. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Convido-o para participar desta Mesa. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todas e a todos, quero cumprimentar o Sr. Settimio Bartolucci pela exposição detalhada do que a Itália está mais uma vez ousando fazer. Quero lembrar aqui que a Itália, por ter tido no passado milhares ou milhões de imigrantes que povoaram o mundo todo, é ousada, no sentido de abrir também a participação a essas pessoas que tem a sua cidadania reconhecida e que moram no exterior. Então nós estamos falando, aqui no Rio Grande do Sul, de aproximadamente 56 mil pessoas que receberam, assim como eu, eu tenho a dupla cidadania – quero também fazer uma saudação ao João Moré, que está aqui, nosso companheiro, porque participamos não só como descendentes de italianos com cidadania reconhecida, mas também da política italiana. Então, fazemos parte aqui em Porto Alegre, do Partido Democrático na sua circunscrição, digamos assim, de Porto Alegre. E queria mostrar aqui e fazer um pedido, porque nesses últimos dois a três dias chegaram à casa de 56 mil gaúchos e gaúchas exatamente isso aqui. (Mostra documento.) Uma correspondência, digamos assim, não é a primeira vez, em todas eleições italianas acontece isso. O Ver. Idenir Cecchim é o proponente deste período de Comparecimento. Quem tem cidadania italiana recebe justamente isso: uma explicação do Referendum e recebe uma cédula de votação. (Mostra documento.) Que é a que eu gostaria de abrir e mostrar a vocês. Isso não é só no Referendum, em toda eleição é assim. Em toda a eleição na Itália, se recebe uma correspondência, nesse caso, em letras muito grandes aqui, como disse o João Moré, quem quiser enxergar, enxerga mesmo, a letra é grande. Não vou aqui, todo o texto é um italiano, mas esta é a cédula, na qual você vota, no caso, sim ou não, concordando

ou não com o que já foi aprovado no Parlamento Italiano, essa reforma constitucional. Estou dizendo isso, porque muitos gaúchos, infelizmente, não votam. Muitos talvez por quererem se abster. Coloca-se dentro de uma cédula, esta aqui, que vai dentro de outro envelope. E deve ser devolvido ao Consulado, ou pelo correio, ele já está com selo. E deve chegar no Consulado, aqui em Porto Alegre, até o dia 1º de dezembro, às 16h. Se não chegar até esse horário, o seu voto não será considerado. E aqueles gaúchos e gaúchas que ainda não receberam, se não chegar a correspondência até o dia 20 de novembro, Ver. Cecchim, devem fazer contato com o Consulado para saber o porquê de não ter chegado, talvez alguma desatualização nos seus dados cadastrais. Então, fiz essa primeira explicação de ordem, digamos, operacional, para fazer que os gaúchos e gaúchas que tenham essa alma italiana, como é o caso do Ver. Idenir Cecchim, que somos conterrâneos de Ibiraiaras, de Lagoa Vermelha, para que se envolvam também na política italiana. Porque a Itália aqui está nos perguntando. Vejam, ela já decidiu no seu Parlamento, mas por, eu diria, ousadia democrática, resolveu consultar através do Referendum se essa lei valerá ou não. O Valério já colocou, eu acho que o elemento central dessa reforma é justamente a superação do que eles chamam de bicameralismo paritário. Ou seja, como é no Brasil, tudo que começa na Câmara ou começa no Senado tramita nas duas Casas; então, isso, por um lado, parece ser um controle maior, mas, por outro lado, também, é uma lentidão – a expressão que o Ver. Adeli Sell costuma utilizar – na aprovação das leis. Eu acho que um outro elemento central, um bom debate para ser feito é que inclusive, no Brasil, nós aqui temos 81 Senadores; a Itália, com um território do tamanho do Rio Grande do Sul, tem 315 Senadores e está propondo reduzir para 100. Então, vejam, lá, realmente, a ideia do bicameralismo é muito mais forte, inclusive, na quantidade de Parlamentares. Deputados são 630; então, realmente, há uma representação mais numerosa – a democracia representativa. Então, aqui há um tempo limitado, não sei se o Presidente me concede depois mais um minutinho, nós estamos falando aqui de uma reforma profunda na Constituição, um tema profundo - uma Constituição que está em vigor desde 1948. Eu queria concluir com uma frase da Ministra para Reformas Constitucionais, Maria Elena Boschi. Ela esteve recentemente em Porto Alegre para tratar de outros temas, mas ela falou uma frase que me gravou muito. Quando ela perguntou para um sujeito, um político, já de muita caminhada na Itália, o que deveriam fazer, esse político respondeu: “Se vocês quiserem continuar no Poder, não

façam nada. Deixem como está, que vocês ficarão por um longo tempo no Poder”. É justamente o contrário disso, que o Ministro Matteo Renzi resolveu encaminhar nessa proposta de reforma, para a qual há adversários, opiniões contrárias que têm que ser respeitadas, mas me parece muito mais um jogo para vencer um adversário do que para, efetivamente, fazer a Itália avançar. Então, fica aqui o apelo aos gaúchos e gaúchas que já receberam a sua correspondência, que votem e que, obviamente, votem pelo “sim”. É esse o nosso pedido. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Ver. Sgarbossa. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra.

O SR. IDENIR CECCHIM: Va bene, Presidente. Boa tarde, Sr. Presidente; Settimio Bartolucci, Presidente do Comitato, Referendo Constitucional; honra-me muito ter feito essa solicitação para o seu comparecimento. Quero dizer que tanto a tua palestra quanto a do Ver. Sgarbossa, meu colega, esclareceram muito bem. Mas eu queria aproveitar também, Settimio, para registrar a presença do Alberto Filippetti, que está nas galerias, é um romano, chegou da Itália ontem, está nos visitando aqui. Ele foi um grande restaurador, na cidade de Roma, agora está aposentado; ficou rico, se aposentou e veio visitar os amigos aqui no Rio Grande do Sul! Obrigado pela visita, Alberto!

Falando do referendo, acho que quando se faz a consulta à população, é sempre um avanço; é um avanço, quando se faz uma consulta estendida aos *oriundi*, para quem tem o passaporte italiano, para que, por exemplo, o cidadão que mora em Porto Alegre, que mora em Caxias, que mora em Farroupilha, que mora em muitos rincões do Rio Grande do Sul, possa também opinar, dizer “sim” ou “não”. O importante é que as pessoas votem. Nós tivemos aqui no Brasil, nessa última eleição, uma quantidade enorme de pessoas que não compareceram às urnas, outros tantos que anularam seu voto ou que votaram em branco. Eu acho que temos que participar. A opinião, nós respeitamos – *si* ou *no* –, mas tem que ir lá e fazer a votação, mandar o seu voto para o consulado italiano. Quero cumprimentá-lo pela explicação, pelo incentivo para que os italianos *all estero* também possam dar a sua opinião. Muito obrigado. pela presença, é uma honra recebê-los aqui.

quero dizer que estamos sempre à disposição quando se trata de assuntos que interessam aos cidadãos italianos ou aos *oriundi*. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): *Tanti grazie Sr. Consigliere Comunale.* Passo a palavra à V. Sa., Cônsul Settimio Bartolucci, para suas considerações finais.

O SR. SETTIMIO BARTOLUCCI: Eu queria só lembrar aos ilustres presentes desta muito importante e relevante instituição democrática, a Câmara de Vereadores, que os efeitos do referendo de saída da Inglaterra da comunidade europeia ainda não são calculados – os efeitos negativos. Agora, na Itália, vai ter outro referendo de grande relevância, todos os olhos do mundo estão voltados para a Itália, porque a tentativa de reformar a Constituição tem 30 anos. O Primeiro-Ministro Ciriaco De Mita, da antiga democracia cristã, o Primeiro-Ministro Silvio Berlusconi, junto com D'Alema, tentaram fazer uma reforma constitucional. Há 30 anos, o País tenta reformar a constituição. A Itália precisa de um modernamento das instituições para enfrentar os grandes desafios que estão lá na frente, não só econômicos, mas também sociais, sendo que tem uma pressão gigantesca dos países do Oriente Médio, do Líbano, da Síria, da Palestina, na direção da Europa. Agradeço muito esta grande oportunidade, agradeço muito pela honra de poder falar do meu País e da Constituição Italiana aqui, na prestigiosa Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Obrigado, Ver. Cecchim; obrigado, companheiro Marcelo Sgarbossa; obrigado. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): *Tanti grazie, Sr. Consigliere Settimio Bartolucci, Presidente do Comitato, Referendo Constitucional. Tanti grazie a todos.* Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente. O Ver. Mauro Zacher está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente.

Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h40min.)